

## SUMÁRIO

*Apresentação, por Roberto Ferraz, 19*

### I. FILOSOFIA E HISTÓRIA DA TRIBUTAÇÃO E SEUS PRINCÍPIOS

EMMANUEL DE CROUY CHANEL

*A Cidadania Fiscal, 25*

I. A Cidadania Fiscal. Atenuação da Sujeição Fiscal .....	33
A. Os fundamentos possíveis de uma limitação da obrigação fiscal .....	33
1. Imposto e Propriedade .....	34
2. Imposto e liberdade .....	37
B. A construção no século XVIII de um contribuinte, sujeito de direitos .....	40
1. O cidadão passivo ou os direitos do administrado .....	41
2. O cidadão participativo ou o direito do contribuinte de participar da aplicação da lei fiscal .....	47
3. O cidadão titular de direitos políticos .....	48
C. A cidadania do contribuinte: uma ficção .....	54
1. O contribuinte não consente o imposto .....	54
2. O fracasso da implicação dos contribuintes .....	57
II. A cidadania, fundamento da obrigação fiscal .....	60
A. A vitalidade ideológica do princípio .....	61
1. A formulação do princípio no século XVIII .....	61
2. A redescoberta do princípio .....	67
B. A teoria do imposto-troca .....	75

3.4. Redução das desigualdades regionais e sociais .....	240
3.5. Busca pelo pleno emprego .....	241
3.6. Outros princípios .....	245
4. Algumas considerações sobre a concorrência e o mercado .....	245

ERNESTO LEJEUNE VALCÁRCEL

*O Princípio de Igualdade, 251*

1. Plano .....	253
2. O princípio da igualdade e os problemas a que afeta .....	255
3. A superação do princípio da capacidade contributiva como princípio exclusivo da justiça tributária .....	256
4. A aparição do princípio da igualdade. Seu significado e inicial desenvolvimento no âmbito tributário .....	257
5. As especificações e exigências do princípio da igualdade no âmbito tributário .....	262
6. Conclusão final: a igualdade, a extrafiscalidade e o conceito de tributo ....	272

FRANCESCO MOSCHETTI

*O Princípio da Capacidade Contributiva, 279*

1. Individualização no art. 53 da Constituição italiana do fundamento substancial da obrigação tributária e do principal critério de justiça na criação e repartição dos tributos .....	281
2. Categoria constitucional do princípio da capacidade contributiva e seu valor autônomo em relação ao princípio geral de igualdade .....	285
3. O princípio da capacidade contributiva como limite posterior das generalíssimas proibições de ilogicidade, de incoerência, de arbítrio ..	286
4. O princípio da capacidade contributiva como limite de toda norma de lei, inclusive de caráter procedimental e processual, que influem na “contribuição aos gastos públicos” .....	288
5. O princípio de capacidade contributiva como critério interpretativo vinculante. Conseqüência também sobre a prática da administração financeira .....	291

6. Capacidade contributiva e limites à autonomia contratual. O problema da evasão de normas impositivas .....	293
7. Segue: e de normas de benefícios fiscais .....	295
8. Conclusões em ordem a eficácia do art. 53 sobre a autonomia negocial .....	296
9. Segue: conclusões em ordem a relação entre o art. 53 e a evasão tributária. Necessidade de uma norma geral antielisiva .....	297
10. Função solidária e função garantista no art. 53. Inexistência de uma primazia do interesse fiscal sobre a capacidade contributiva individual .....	298
11. Conceito de capacidade contributiva na evolução doutrinal .....	301
12. Segue: no rumo da jurisprudência .....	306
13. O princípio da capacidade contributiva no quadro do sistema impositivo .....	309
a) Lacunas no gravame de cada manifestação da capacidade econômica total .....	309
b) Tributação de hipóteses não indicativas de capacidade econômica ...	311
c) Múltipla tributação da mesma capacidade econômica sobre o mesmo sujeito .....	314
14. O princípio da capacidade contributiva no âmbito dos impostos individuais .....	316
a) Isenção do mínimo .....	316
b) Consideração de outros aspectos indicativos da capacidade pessoal .....	320
c) Fixação normativa das rendas mínimas .....	321
d) Benefício fiscal e utilização extrafiscal dos impostos .....	323
15. Conclusões .....	330

## GERD WILLI ROTHMANN

### *Tributação, Sonegação e Livre Concorrência, 331*

1. Introdução .....	333
2. A tributação e seus efeitos na ordem econômica .....	334
2.1. O efeito de sinalização .....	334
2.2. Função fiscal e extrafiscal dos impostos .....	335
2.2.1. Normas de finalidade fiscal .....	335



2.2.2. Normas tributárias de finalidade social (extrafiscal ou indutora) .....	338
2.2.3. Normas de simplificação .....	340
2.3. O princípio da neutralidade da tributação .....	341
2.3.1 A neutralidade concorrencial no plano nacional .....	341
2.3.2. A Concorrência Tributária Internacional .....	350
3. Os tributos como instrumentos de proteção ambiental, utilizados na política concorrencial. ....	357
4. Sonegação fiscal e livre concorrência .....	361
4.1. O fenômeno da sonegação .....	361
4.2. Motivos da sonegação fiscal .....	363
4.3. Medidas legislativas contra a sonegação fiscal .....	364
4.4. Medidas administrativas contra a sonegação fiscal .....	368
5. Conclusão .....	370

## HUGO DE BRITO MACHADO

### *Ordem Econômica e Tributação, 373*

1. Introdução .....	375
2. Ordem Econômica .....	375
2.1. Conceito .....	375
2.2. Opção política pela liberdade econômica .....	377
3. Propriedade Privada .....	378
3.1. Alcance do princípio .....	378
3.2. Vedação do confisco .....	379
4. Livre Concorrência .....	381
4.1. Sentido da garantia constitucional .....	381
4.2. Inversão do princípio da livre concorrência pelo fisco .....	382
5. Defesa do Meio Ambiente .....	384
5.1. Novo dispositivo constitucional .....	384
5.2. Harmonização dos princípios .....	385
5.3. Reciclagem de lixo .....	385
6. Vedação das sanções políticas .....	387
6.1. Sentido da expressão sanções políticas .....	387
6.2. Inconstitucionalidade das sanções políticas .....	388
6.3. Argumento em defesa das sanções políticas .....	390

6.4. A jurisprudência do STJ e do STF e a persistência da Fazenda Pública .....	391
7. Súmulas vinculantes .....	395
7.1. O Judiciário e o arbítrio da Fazenda Pública .....	395
7.2. Responsabilidade pessoal do agente público .....	395

## HUGO DE BRITO MACHADO SEGUNDO

### *Tributação e livre concorrência, 397*

1. Introdução .....	399
2. Livre-concorrência como direito fundamental .....	400
3. Tributação e seus reflexos sobre a livre concorrência .....	404
4. Livre-concorrência e “relativização” de direitos do cidadão contribuinte .....	405
4.1. Colocação do problema .....	405
4.2. Livre-concorrência e direito à jurisdição .....	407
4.3. Livre-concorrência e coisa julgada .....	411
4.4. Livre-concorrência e devido processo legal .....	415
4.5. Livre-concorrência e limites à fixação de “critérios especiais” de tributação .....	421
5. Considerações finais .....	423
Referências Bibliográficas .....	425

## HUMBERTO ÁVILA

### *Comportamento anticoncorrencial e Direito Tributário, 427*

Introdução .....	429
1. Uso de liberdade e abuso de poder: as “sanções políticas” na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal .....	429
2. Abuso de liberdade e uso de poder: as “medidas ordenatórias” na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal .....	432
3. Comportamento anticoncorrencial e Direito Tributário .....	435
Conclusões .....	439

MARCIANO SEABRA DE GODOI

*A compensação ambiental prevista na Lei 9.985/2000, 441*

1. Introdução .....	443
2. A compensação ambiental, que não surgiu com a Lei 9.985/2000, nunca foi nem poderia ser um tributo	
3. Não se trata de “indenizar” nem de “prevenir” um dano específico, mas sim de “compensar” a ocorrência de um impacto ambiental significativo .....	449
4. Comparação com a compensação financeira pela exploração de recursos naturais prevista no art. 20, § 1.º da Constituição .....	452
5. A compensação prevista no art. 36 da Lei 9.985/2000 não constitui necessariamente um bis in idem em relação a outras medidas compensatórias previstas na licença ambiental.....	455
6. A compensação ambiental e o teste de proporcionalidade .....	456
7. A responsabilidade do órgão licenciador e o risco de degeneração da figura da compensação ambiental .....	461
8. Conclusão .....	462
Referências Bibliográficas .....	463

MARIA JOÃO CARREIRO PEREIRA ROLIM

JOÃO DÁCIO ROLIM

*Desenvolvimento e Princípios da Tributação: O desafio de financiar serviços públicos de infra-estrutura em mercados competitivos.*

*Um exemplo europeu, 465*

1. Introdução .....	467
2. Serviços de Interesse Econômico Geral na Comunidade Européia ..	469
2.1. Terminologia .....	471
2.2. Serviços de Interesse Econômico Geral – SGEI: a evolução de um conceito comunitário .....	473
3. A aplicação das regras de competição e os Serviços de Interesse Econômico Geral.....	474
3.1. Artigo 10 do TEC .....	476



3.2. O Artigo 86 do TCE e a promoção da liberalização do setor de serviços públicos .....	477
3.3. O caso Corbeau: reconhecendo a especificidade dos serviços de interesse geral.....	480
4. Como financiar serviços de interesse econômico geral: subsídios fiscais e as normas de competição .....	483
5. Conclusão .....	487
Referências Bibliográficas .....	488

RICARDO LOBO TORRES

*Interação entre Princípios Constitucionais Tributários e Princípios da Ordem Econômica, 491*

1. Introdução .....	493
2. O Princípio da Concorrência .....	493
2.1. Concorrência no Direito Tributário Interno .....	493
2.1.1. A Proteção da Concorrência como Princípio Constitucional .....	493
2.1.2. Concorrência e Execução Política .....	495
2.2. A concorrência no direito internacional tributário .....	496
2.2.1. A Concorrência nos Tratados de Bitributação .....	496
2.2.2. A Concorrência Fiscal Danosa .....	497
2.2.3. A Neutralidade Concorrencial .....	498
3. O princípio da Proteção do Meio Ambiente.....	498
4. Princípios de Justiça Tributária Ambiental .....	499
4.1. Princípio do Poluidor-pagador .....	500
4.2. Princípio do Consumidor-pagador .....	502
4.3. Princípio da Capacidade Contributiva .....	503
4.4. Princípio do Custo/benefício .....	504
5. Princípios de Segurança no estado da sociedade de riscos ambientais .	504
5.1. Princípio da Precaução .....	508
5.2. Princípio da Prevenção .....	509
5.3. Princípio da Legalidade Tributária e Taxas Ambientais .....	509
5.3.1. A Flexibilização da Legalidade das Taxas .....	509
5.3.2. As Taxas Ambientais .....	510
5.3.3. As Taxas do IBAMA .....	512

ROBERTO FERRAZ

*O Princípio de Capacidade Contributiva na Tributação  
Ambientalmente Orientada, 517*

1. Princípios .....	519
1.1. Princípios e regras .....	519
1.2. Os princípios são universais e não comportam exceções .....	521
1.3. Ponderação de princípios? .....	524
2. Princípio de capacidade contributiva .....	526
2.1. Igualdade, critérios positivos e negativos .....	526
2.2. Capacidade contributiva como concretização do Princípio de Igualdade em matéria tributária .....	528
2.3. Diferentes manifestações de capacidade contributiva, conforme as espécies tributárias .....	530
3. Tributação ambientalmente orientada: bases .....	536
3.1. Extrafiscalidade .....	536
3.2. O Dirigismo Fiscal .....	542
3.3. Internalização de custos ambientais .....	547
3.4. Poluidor-pagador e as espécies tributárias .....	553
3.5. Conclusão: a capacidade contributiva nos tributos ambientalmente orientados .....	558

III. PRINCÍPIOS E LIMITES DA TRIBUTAÇÃO APLICADOS

EDUARDO DOMINGOS BOTTALLO

*Responsabilidade dos Sócios e Administradores de Empresas por Dívidas  
Fiscais Destas: Compreensão e Limites, 565*

Primeira Parte .....	568
1. Breve Digressão Propedêutica .....	568
2. O Direito Privado e o Direito Tributário .....	569
3. Responsabilidade dos sócios por dívidas fiscais nas sociedades de pessoas – o art. 134, VIII, do CTN .....	570
4. Responsabilidade pessoal dos administradores por atos praticados com excesso de poderes ou infração da lei, do contrato social ou dos estatutos – o art. 135, III, do CTN .....	575



Segunda Parte .....	582
5. A inclusão dos sócios e/ou administradores das sociedades no pólo passivo do processo de execução fiscal por ato judicial – impossibilidade .....	582
6. O controvertido art. 13 da lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993 ....	587
7. O super complicado art. 78, §§ 3º e 4º, da lei complementar nº 126, de 14 de dezembro de 2006 .....	590
8. Conclusões .....	595
9. Bibliografia .....	598

EURICO MARCOS DINIZ DE SANTI

*Transação e Arbitragem no Direito Tributário:  
Paranóia ou Mistificação?, 599*

1. “Modernidade”: paranóia ou mistificação? .....	601
2. Enfoque da análise e os cinco vícios encontrados no anteprojeto da “Transação e Arbitragem no Direito Tributário” .....	602
3. Impossibilidade jurídica da idéia de “regra geral de transação”: corrupção sistêmica dos conceitos jurídicos de “litígio” e “motivação” para noções econômicas de “litígio” e “motivação” revestidas de juridicidade aparente .....	604
4. Conclusões iniciais sobre a aplicabilidade da transação no direito tributário em conformidade com a análise e sistematização do Anteprojeto de Lei, veiculado no Ofício nº 624/PGFN-PG, de março de 2007 .....	607
5. Adulteração dos conceitos de “tributo”, “lançamento tributário”, “suspensão da exigibilidade”, “decadência e prescrição”, “extinção do crédito” e de “certidão negativa”, fixados no CTN .....	609
5.1. Adulteração do conceito de “tributo” .....	610
5.2. Adulteração da sistemática do Art. 151 e o “paraíso das CNDs – certidões negativas de débito” .....	611
5.3. Alteração dos conceitos de “lançamento”, “extinção do crédito” e relativização dos prazos de “decadência e prescrição”, criando absoluta insegurança jurídica .....	613

6. Transação com <i>status</i> de coisa julgada: completa blindagem do controle de legalidade de todas as formas de transação previstas no anteprojeto, impedindo controle de conteúdo, impondo efeitos <i>ex nunc</i> das decisões do STF e apenas permitindo controle formal .....	614
7. Redação dúbia, vaga, contraditória e confusa, sugerindo a possibilidade interpretativa ambígua de vários dispositivos .....	618
8. Ruptura dos principais cânones da Ordem Constitucional e da noção de Estado de Direito: seu tom de personalidade fere a igualdade e a legalidade e sua pretensão de “confidencialidade” macula o ideal da moralidade administrativa e o princípio da publicidade .....	624
9. Conclusões finais sobre o anteprojeto de lei: problemas legais, observações, críticas e sugestões .....	625
9.1. Sob a perspectiva externa do direito .....	625
9.2. Sob a perspectiva interna e infraconstitucional .....	627
9.3. Enfim, sob a perspectiva constitucional .....	629

### FERNANDO FACURY SCAFF

#### *PIS e COFINS Não-Cumulativos e os Direitos Fundamentais, 631*

1. Exposição do Problema .....	633
2. Do direito ao trabalho e a não-cumulatividade do PIS e da COFINS .....	637
3. Livre concorrência e isonomia: inexistência de razão justificável para o <i>discrimen</i> adotado .....	643
4. O respeito pelos direitos fundamentais e o Primado da Constituição .....	649

### HAMILTON DIAS DE SOUZA

#### *Ainda a Racionalidade como Limitação ao Poder de Tributar:*

#### *Impossibilidade de Utilização do IOF como Sucedâneo da CPMF, 653*

Introdução .....	655
1. A discriminação de competências e a racionalidade do sistema tributário .....	656
2. Impossibilidade de substituição da CPMF pelo IOF .....	661

3. Os motivos apresentados não autorizam a elevação das alíquotas do IOF pelo Poder Executivo .....	664
Conclusão .....	674

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

*O Princípio da Isonomia em Matéria Tributária – inteligência da MP. 320/06 rejeitada pelo Congresso Nacional – Atos e portarias da Receita Federal vinculados a MP 320/06 – Eficácia após a rejeição – Parecer, 675*

1. Consulta .....	677
2. Resposta .....	681
2.1. Princípio da Equivalência .....	682
2.2. As medidas provisórias em matéria tributária .....	689
2.3. Eficácia e validade das medidas provisórias .....	694
2.4. Relação jurídica e situação jurídica .....	696
2.5. Descompetitividade tributária .....	
2.6. Princípio da moralidade e impessoalidade da Administração Pública .....	703
2.7. Resposta .....	708

JAMES MARINS

*As Limitações Constitucionais do Substantive Due Process e do Procedural Due Process à imputação da responsabilidade tributária dos sócios e administradores e ao redirecionamento da execução fiscal, 711*

1. Aspectos introdutórios .....	714
2. A responsabilidade dos sócios e gestores no CTN .....	715
3. A responsabilidade para a Seguridade Social .....	716
4. A responsabilidade no Estatuto das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte .....	717
5. A configuração da responsabilidade no STJ: dolo, fraude e extinção irregular .....	720
6. Procedural <i>due process</i> e apuração da responsabilidade: potenciais responsáveis ou co-responsáveis? .....	721



7. Função apuratória anômala no processo de execução fiscal: inversão paradigmática .....	723
8. As arriscadas soluções encontradas no STJ: necessidade de revisão à luz da Constituição .....	725

MISABEL ABREU MACHADO DERZI

*Mutações Jurisprudenciais, em Face da Proteção da Confiança e do Interesse Público no Planejamento da Receita e da Despesa do Estado, 729*

1. Introdução .....	731
2. Pressupostos teóricos imprescindíveis. O Estado de Direito não pode ser reduzido ao Estado das “Leis” .....	735
3. Os tribunais em relação especular: a força dos precedentes no controle de constitucionalidade difuso e concreto .....	737
4. Inaplicabilidade dos princípios da irretroatividade, da proteção, da confiança e da boa-fé ao poder público .....	744
5. Conclusões .....	748

IV. APÊNDICE

FRIEDRICH AUGUST VON HAYEK

*O Setor Público e o Setor Privado, 757*

1. A dupla função do governo .....	759
2. Bens coletivos .....	762
3. A delimitação do setor público .....	766
4. O setor independente .....	769
5. A tributação e a dimensão do setor público .....	772
6. Segurança .....	775
7. O monopólio de serviços pelo governo .....	779
8. Informação e educação .....	784
9. Outras questões críticas .....	786

V. ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO, 789